

# A longa e tortuosa marcha da Constituinte

L. G. NASCIMENTO E SILVA

Os trabalhos de nossa Assembléia Constituinte vão completar um ano e meio, e o seu término está ainda bem longe de estar à vista. Mas, não é somente contra a delonga na tramitação que se levantam inúmeras queixas, mas também quanto à própria validade do texto em elaboração. O Presidente José Sarney, impaciente, diz: "A Constituinte está chegando a um ponto de cansaço e desinteresse. O País está exausto da Constituinte e ela de si mesma."

Mas, não é somente o Presidente que mostra seu desalento. Os próprios Constituintes o fazem também, e com idêntico amargor. "A Constituinte está atrapalhando a vida da Nação", queixa-se o Deputado Roberto Cardoso Alves. "Se não forem feitas alterações no segundo turno das votações será o caos", afirma o Deputado Dasso Coimbra. "Besteirol Constituinte", "Constituição biodegradável", assim a qualifica com seu humor ranzinza o Senador Roberto Campos. E por aí vão o desalento e a desesperança dos próprios Constituintes, não havendo se não um pequeno grupo em torno do Deputado Bernardo Cabral que se anima a louvar o trabalho que vem sendo realizado.

Tanto assim que o Presidente José Sarney já afirma em declaração recente: "Já existe no Congresso quem defenda a paralisação dos trabalhos por seis meses para iniciar um novo texto." Mas agora já não há mais o que fazer. É tocar o bonde para frente. E seja o que Deus quiser.

A megalomania começou com a elaboração do anteprojeto pela Comissão Arinos. Reuniram-se cinquenta sapientes que se propunham a fazer um diagnóstico da situação política, econômica e social do País para sugerir rumos à Assembléia Nacional Constituinte. Encontrando-se no Rio de Janeiro, em Itaipava, sei lá onde mais, esses sábios apresentaram um calhamaço de análises e sugestões que pouco tinham de conteúdo constitucional, e que não serviriam, como não serviram, para um roteiro válido para a Assembléia Constituinte.

Finalmente foi realizada a eleição para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, que se constituiriam, unidos, na Assembléia Nacional Consti-

tuinte. São 555 esses Constituintes eleitos em todo o País, a cuja sabedoria jurídica e política se entregava a feitura de nossa Carta Magna.

Mas, ao invés de se reunirem para elaborar uma Constituição, passaram eles a ouvir grupos infíndos de pessoas que se deslocavam para Brasília para dizer aos Constituintes o que, ao ver deles, deveria constar de uma Constituição. Cerca de 4 a 5 mil pessoas quase todos os dias perambulavam pelos infíndos corredores do Senado e da Câmara a desenrolar suas queixas e reivindicações, a dizer aos Constituintes o que, ao ver deles, deveria ser objeto da Constituição. E desfilaram grupos vários de minorias diversas, de negros, de índios, de mulheres, de crianças, sim, de crianças, de desempregados, enfim de toda a sorte de postulantes que reivindicavam a inserção no texto constitucional de preceitos beneficiando e protegendo os direitos dessas minorias.

Os Constituintes a tudo assistiam, ansiosos por colher subsídios para inserir na desejada Constituição.

Mas será essa a fórmula mágica para elaboração de uma Constituição? O modelo é certamente esdrúxulo, ainda não adotado em qualquer outra Assembléia Constituinte.

Ao término de toda essa medida, o Relator escolhido para apresentar o primeiro anteprojeto de Constituição, o Deputado Bernardo Cabral, em ingente esforço de aproveitar e condensar toda essa variegada contribuição, elaborou um primeiro anteprojeto com 334 artigos, que foi discutido, apoiado, criticado, rejeitado por diversos Constituintes que se revejavam na tribuna da Assembléia ou em reuniões ou grupos de debates. A imprensa, a televisão, o rádio, os meios de comunicação enfim, passaram a acolher debates em que o texto constitucional era debulhado em suas minúcias e objetivos, e propostas novas emendas, soluções, inovações. Novo esforço foi requerido ao Deputado Bernardo Cabral que produziu um segundo anteprojeto, também de 334 artigos, e que está agora sendo debatido pela Assembléia Nacional Constituinte.

O método adotado na elaboração da nova Constituição brasileira não é certamente o

melhor. Ele é mesmo extravagante por suas visíveis demasias. Não será pesquisando e perquirindo todas as camadas da população nacional que se levantam os verdadeiros fundamentos de uma Constituição. Essa se deve limitar a fórmulas jurídicas que organizem o Estado brasileiro, que fixem os poderes deste — Legislativo, Executivo e Judiciário —, que enumerem os direitos individuais e sociais, regulem o sistema tributário e outros poucos aspectos da organização constitucional do País. Isso, e só isso.

O que se configura já agora é um conflito aberto entre a Assembléia Constituinte e o Presidente da República, aquela pretendendo reduzir os poderes do Presidente e mesmo a receita tributária da União Federal deslocando boa parcela dela para os Estados e Municípios, e diminuindo os poderes do Presidente da República que muito dependem de sua disponibilidade financeira. Também a duração do mandato do atual Presidente da República está em jogo, havendo uma forte corrente de parlamentares que o quer reduzir para quatro anos, precipitando a sucessão presidencial já para este ano de 1988.

E a CPI do Senado Federal que visa a apurar a corrupção na área do Executivo dirigida principalmente contra a gestão do ex-Ministro Aníbal Teixeira, quer estender seu campo de atuação para outros setores da Administração pública. O Presidente reage a essa ameaça afirmando no seu programa "Conversa ao pé do rádio", do dia 6 último, que "se um poder resolver confrontar o outro, é claro que a legalidade está rompida, o Estado de Direito é, a partir desse momento, o caos." E condena "a tentativa sem máscara de envolver o Presidente da República, a nível interno e externo, num processo para atingir sua respeitabilidade e a sua autoridade, não pode ser arrolada entre as práticas democráticas".

Assim vão as coisas, lenta e perigosamente. Bom seria que a Constituinte pudesse acelerar seus trabalhos, dando-nos finalmente a Constituição, boa ou medíocre, de que o País tanto carece. Porque só com a promulgação de uma nova Constituição poderemos pensar em reorganizar com tranqüilidade a Nação.